

REQUERIMENTO
(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) para que seja aberto ao público debate sobre a crise na Educação do país e as metas do Plano Nacional de Educação – PNE.

Sr. Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requero a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

- ✓ Representante do Observatório do Plano Nacional de Educação – PNE;
- ✓ Representante do Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil – Fórum EJA;
- ✓ Representante do Fórum Nacional Popular de Educação;
- ✓ Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CAMPANHA;
- ✓ Representante da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE;
- ✓ Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- ✓ Representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de



Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES;

- ✓ Representante do Ministério da Educação;
- ✓ Professor Dr. Cesar Nunes – UNICAMP;

JUSTIFICAÇÃO

Em 24 de junho deste ano, O Globo¹ noticiou a atual “crise na Educação: menos de 15% dos objetivos do PNE serão cumpridos no prazo avaliado no relatório”. A matéria revelou um balanço feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação com os resultados de metas que não foram cumpridas desde que foram traçadas em 2014 para em dez anos melhorar o ensino no país.

O PNE estabelece 20 metas, com 41 objetivos dentro delas. Desses, apenas seis devem ter sucesso no período estabelecido, segundo a análise. Em sete anos de vigência do Plano, somente cinco das metas tiveram cumprimento parcial, aponta o documento da Campanha, uma articulação que reúne grupos e entidades que atuam no campo da educação.

Entre as metas não cumpridas, estão, por exemplo, ter pelo menos metade das crianças de 0 a 3 anos frequentando creches até 2024. Em 2019, último dado disponível, o patamar era de 37%, mas a taxa de crescimento é de apenas 1,7 pontos percentuais anualmente, o que não vai garantir o cumprimento do objetivo.

Outro ponto ainda distante é a formação dos jovens no ensino fundamental na idade correta, aos 16 anos. No segundo trimestre de 2020, esse percentual era de 82,4%, compondo um avanço médio de 1,5 ponto percentual ao ano desde 2014. O objetivo do país é chegar ao patamar de 95%, o que necessita de um avanço anual de 2,2 pontos percentuais.

Além de não conseguir cumprir as metas, algumas delas tiveram até retrocessos. É o caso da educação integral: a meta 6 estabelece que deve ser oferecida, no mínimo, em 50% das escolas públicas, de forma a atender 25%

¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/02/contribuintes-informam-a-receita-mais-de-r-100-bi-em-operacoes-com-moedas-virtuais-em-12-meses.shtml>



dos alunos da Educação Básica. No entanto, entre 2014 e 2020 houve redução de 15 mil escolas e mais de 1,5 milhão de matrículas nesse formato.

Também é o caso do analfabetismo funcional, que avançou, quando deveria regredir, segundo a meta 9. O retrocesso na educação de jovens e adultos é observado, ainda, na análise da meta 10, que estabelece que ao fim da vigência do PNE, em 2024, 25% das matrículas na modalidade de EJA estejam vinculadas à educação profissional. O índice era de 2,8% em 2014 e caiu para 1,8% em 2020.

Segundo Andressa Pellanda, coordenadora da CAMPANHA, “essas duas metas estão relacionadas e são as mais preocupantes no aspecto de retrocesso, porque as políticas para essa área estão totalmente escanteadas. No governo Temer houve extinção do programa Brasil Alfabetizado, e depois nenhuma priorização. Não há programa para educação de jovens e adultos estruturado no país”.

Dessa forma, por se tratar de assunto de grande relevância nacional, propomos uma audiência pública junto a essa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) para debate de possíveis providências acerca da crise da Educação no Brasil e fiscalização das metas do PNE. Por fim, por solidariedade e sensibilidade à questão apresentada, solicitamos apoio aos nobres colegas para a devida realização dessa audiência pública nesta Comissão.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

